

## A NOVA ESQUERDA: UMA VISÃO A PARTIR DO SUL

Luiz Carlos Bresser-Pereira<sup>1</sup>

Revista *Filosofia Política, nova série*, vol.6,  
2000: 144-178.

Temos duas alternativas: ou esclarecemos a distinção entre a Nova e a Velha Esquerda, ou então seremos obrigados a dizer que a clássica contradição esquerda-direita não mais existe. Esta seria uma saída fácil, acolhida com alegria pelos conservadores que se dizem de centro, mas não uma solução realista, uma vez que tanto os partidos quanto os próprios políticos continuam a ser identificados pelos eleitores conforme suas posições de esquerda ou de direita. Partidos políticos da Nova Esquerda existem há algum tempo em países desenvolvidos, geralmente como resultado da transformação de partidos socialistas tradicionais; mais recentemente foram observados em alguns países em desenvolvimento, embora não faça nenhum sentido esperar uma correspondência próxima desses últimos com seus correspondentes nos países adiantados. A Nova Esquerda é o resultado da grande mudança histórica, que ocorreu nas sociedades contemporâneas em meados dos anos 70, quando o centro político deslocou-se para a direita. Em anos recentes, o centro novamente começou a mover-se, agora para a esquerda, mas o mundo não está retornando aos anos 50: pelo contrário, está irrompendo num novo milênio, no qual as mudanças serão ainda maiores.

Vejo o “centro político” apenas como ponto de referência no espectro político: indivíduos e partidos políticos estarão ou à esquerda ou à direita desse centro. Não há partidos ou indivíduos de centro nas sociedades capitalistas. O máximo que podemos afirmar é que há uma centro-esquerda e uma centro-direita. Em alguns casos, podemos encontrar um indivíduo ou grupo de indivíduos inidentificáveis. Serão, muito provavelmente, oportunistas de várias espécies, com

---

<sup>1</sup> Luiz Carlos Bresser-Pereira é professor titular de Economia da Fundação Getúlio Vargas, autor de vários livros. Foi ministro de Ciência e Tecnologia, da Administração e da Reforma do Estado, e da Fazenda.

Esse *paper* foi escrito enquanto professor adjunto no Nuffield College e no Centro de Estudos Brasileiros, Universidade de Oxford. Tenho uma dívida para com Anthony Giddens, Denis Rosenfield, Gersor Pires, Paul Davidson, Philippe Faucher, Simon Schwartzman e Wanderley Guilherme dos Santos pelos seus comentários.

escassa perspectiva de sucesso político nas democracias modernas. Embora seja um conceito referencial, o centro político é essencial na política. Políticos à esquerda e à direita sabem que devem lutar para controlar o centro. E sabem também que esse centro está em contínua mutação, de forma que, se forem capazes de ver o novo centro, saberão também fazer as necessárias mudanças nos programas e estratégias dos partidos políticos.

Considerando-se apenas as democracias liberais avançadas, a direita foi a primeira a mudar, nos anos 70 e 80, rejeitando a tradição e o nacionalismo e partindo abertamente para uma abordagem libertária ou neoliberal. A esquerda também mudou nos anos 80 e 90, rejeitando a nacionalização e o planejamento, e afirmando o papel do Estado, no campo econômico, de complementar o mercado na coordenação do sistema econômico, e defendendo a sua reconstrução e relegitimização. Enquanto a direita e a esquerda mudavam, o centro também mudou.<sup>2</sup> Nos anos 30 ele deslocou-se para a esquerda, nos 70 voltou-se para a direita. Enquanto o centro se deslocava, o “regime político” também mudava. A partir da “crise do mercado” dos anos 30, o centro voltou-se para a esquerda: o regime de políticas públicas tornou-se keynesiano. A partir da “crise do Estado” dos anos 70, deslocou-se para a direita neoliberal. Agora já é visível um novo e ainda tímido deslocamento do centro em direção à esquerda, na medida em que a nova social- democracia (ou a Terceira Via, como é chamada na Grã-Bretanha, ou a “governança progressista”, afirmada nas reuniões de chefes de governo social-democratas em Florença e Berlim)<sup>3</sup> torna-se politicamente

---

<sup>2</sup> Przeworski (1999) definiu de modo mais preciso o que estou chamando deslocamento do centro político, desenvolvendo o conceito de mudança de “regime político”: “regimes políticos são situações nas quais as partes principais, independentemente de suas cores partidárias, propõem ou implementam políticas similares”. Os eleitores escolherão qual é o regime político predominante. Os partidos disputarão o eleitor médio.

<sup>3</sup> Em Florença, em outubro de 1999, reuniram-se, para discutir valores e objetivos comuns, os chefes de governo dos seis países de maior PIB no mundo que contam com governos social-democratas: Estados Unidos, Alemanha, França, Inglaterra, Itália e Brasil. Estavam cospicivamente ausentes os governos de democracias como o Japão, a Espanha e a Índia, por não contarem com governos enquadrados no que estou chamando de Nova Esquerda. Em junho de 2000 os chefes de governo de 14 países com governos identificados com a Nova Esquerda reuniram-se em Berlim, para discutir valores e começar a discutir questões concretas. Estas reuniões de países segundo o critério ideológico “esquerda-direita” é um fato novo e significativo na história. Ver a respeito Bresser-Pereira (2000).

mais forte<sup>4</sup>. Um deslocamento que, se confirmado, tenderá a reduzir relativamente os conflitos internos dentro da esquerda, agora dominantes, enquanto na direita decadente surgem a desordem e velhas formas de nacionalismo, senão nazismo, emergem.<sup>5</sup>

Neste texto, a distinção entre a Nova Esquerda e a esquerda clássica será central, embora esteja ciente de que isso seja arriscado pela própria simplicidade. Partidos políticos de esquerda não podem ser classificados como Nova ou Velha Esquerda. Em cada partido há amplo leque de posições ideológicas. Em um, a Velha Esquerda ainda domina, no outro a Nova Esquerda já é dominante. Quando um partido de esquerda ganha as eleições nacionais, normalmente não tem outra alternativa senão a ser moderno. As novas idéias podem ser apresentadas nas eleições como uma clara divisória entre a Velha e a Nova Esquerda, como aconteceu na Grã-Bretanha com o movimento do Novo Trabalhismo, ou podem ser consolidadas durante o governo. Os socialistas na França, por exemplo, introduziram com êxito novas políticas de esquerda, mas não tiveram necessidade de explicitar a mudança, uma vez que essas políticas já eram dominantes nesse país desde o início dos anos 80. Na primeira administração Mitterrand, depois da fracassada tentativa de tentar implementar a equivocada política macroeconômica pretendidamente keynesiana, o governo francês adotou políticas social-democratas modernas, como, aliás, Gonzales já estava fazendo na Espanha e Schmidt já havia feito na Alemanha.

Entretanto, enquanto a Velha Esquerda e a sabedoria convencional continuavam a ver a social-democracia como comprometida com a manutenção das empresas estatais e com uma política macroeconômica favorável ao déficit público<sup>6</sup>, a Nova Esquerda que surgia rejeitou essas políticas, mas permaneceu claramente distinta da direita. Em seu bem documentado livro sobre regimes políticos e democracia social na Europa, José María Maravall, referindo-se à França, ressalta: “Se compararmos as políticas depois de 1984 com as do governo Chirac de 1986 a 1988, o Partido Socialista manteve um sistema de imposto de renda altamente

---

<sup>4</sup> Perry Anderson (1992), citado por Colin Hay (1999; 42), observou de forma crítica: “o novo programa do Trabalhismo aceita os parâmetros básicos dos Acordos de Thatcher, de modo muito semelhante a como o governo conservador dos anos 50 aceitava os parâmetros do Acordo de Attlee”. Eu não contestaria isso. Todavia, não tomaria isso como crítica. Isso, obviamente, não quer dizer que o Trabalhismo nos anos 90 tenha se tornado igual à direita, nem que o Conservadorismo no período do pós-guerra pudesse ser identificado com a esquerda. As diferenças continuaram reais, politicamente significativas.

<sup>5</sup> Em países como a Áustria e a Suíça, partidos com essas tendências conquistaram recentemente (1999) cerca de um quarto do total de votos.

<sup>6</sup> Dois jornalistas franceses, no livro *A Esquerda Imaginária* (Desportes e Mauduit, 1997), dizem que a Nova Esquerda não é real, é fruto da imaginação. Na verdade, a esquerda imaginária é a Velha Esquerda, a qual só existe na lembrança e na utopia.

progressivo, introduziu o *révenu minimum d'insertion* (RMI – uma renda mínima garantida), e tomou as deduções fiscais das pessoas jurídicas dependente do reinvestimento dos lucros. Em contraste, o governo conservador, que manteve o mesmo nível de pressão fiscal, tornou a taxaço menos progressiva, reduzindo o imposto marginal máximo, abolindo o imposto sobre grandes fortunas e aumentando as contribuições sociais dos assalariados.”<sup>7</sup>

Os novos governos social-democratas continuavam comprometidos com o aprimoramento da igualdade e a democracia, mas sabiam que, no poder, deviam governar o capitalismo de modo mais competente que o capitalismo. Dada a atenção pública internacional que a Terceira Via britânica despertou, alguns podem ter entendido que ela representava uma alternativa à social-democracia. Não é. O Novo Trabalhismo sempre se afirmou como alternativa ao Velho Trabalhismo. De todo modo, essa crença foi provavelmente o que levou Jospin a publicar um artigo, na véspera da conferência de chefes de governo social-democratas de Florença, de novembro de 1999, no qual afirmou que “se a Terceira Via significa uma posição intermediária entre a social-democracia e o novo liberalismo, este não é o meu caminho”. Para imediatamente reassegurar-se dizendo: “Ao contrário, eu acredito que a Terceira Via é a forma que assumiu no Reino Unido o esforço para reformar a teoria e a política; o mesmo projeto no qual todos os partidos políticos europeus de inspiração socialista ou social-democrata estão engajados”. Jospin provavelmente sentiu-se compelido a esclarecer este ponto porque, depois do sucesso inicial, há críticas crescentes à Terceira Via entre social-democratas. A maioria dessas críticas ignora, como Jospin sublinhou em seu artigo, as raízes históricas específicas e as estruturas políticas e ideológicas particulares com as quais se defrontam os novos partidos políticos de esquerda em diferentes países<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Ver Maravall (1997: 154).

<sup>8</sup> Ver Jospin (1999b). O título desse artigo no *La Repubblica*, “A Terceira Via inútil de Blair” (“La inutile Terza Via di Tony Blair”), foi muito possivelmente dado pelo jornal, não pelo autor. Jospin não disse que a Terceira Via não tinha utilidade. Apenas disse que, se a Terceira Via estava entre a esquerda e a direita, este não era o seu caminho. Dois dias depois, no mesmo *La Repubblica*, na véspera do seminário de Florença, Blair “respondeu” a Jospin, dizendo no primeiro parágrafo de seu artigo que seu governo é parte “de uma nova geração de administrações de centro-esquerda na Europa”. O seminário, “Governança Progressiva no Século XXI”, patrocinado pela Universidade de Nova York e pelo Instituto de Florença da Universidade Européia, realizou-se em Florença, em 21 de novembro. Participaram os chefes de governo dos seis maiores países nos quais governos de centro-esquerda estão no poder: Bill Clinton, Gerard Schroeder, Daniel Jospin, Tony Blair e Fernando Henrique Cardoso. O seminário foi uma demonstração da unidade na diversidade da Nova Esquerda. Até Bill Clinton, em suas palavras finais no seminário, declarou estar, em seu país, “à esquerda do espectro político”. No futuro, o seminário de Florença será, provavelmente, visto como marco na história da social-democracia: pela primeira vez grupo significativo de chefes de

Considerando-se a divisão Norte-Sul, a análise da mudança política deve centrar-se na globalização: A Nova Esquerda no Sul é mais crítica da inevitabilidade da globalização do que a do Norte, e denuncia o caráter ideológico dessa postura. Além disso, uma vez que os países em desenvolvimento são basicamente países devedores, enquanto os países avançados são credores, seus pontos de vista freqüentemente divergem. A Nova Esquerda nos países em desenvolvimento não cometeu o erro de imputar os problemas de seus países a fatores externos – um erro contumaz da Velha Esquerda – mas compreende que a dívida exige que os países em desenvolvimento obtenham saldos comerciais substanciais para reduzir relativamente ao PIB a dívida externa, em vez de tornar-se ainda mais endividado, como tanto a direita como a Velha Esquerda ainda crêem ser possível.<sup>9</sup> E atribui ao Estado um papel mais positivo do que a Nova Esquerda nos países desenvolvidos está pronta para assumir no discurso público.

Minha premissa básica neste texto é que os conceitos do que é esquerda e direita, do que é novo e do que é velho, mudam histórica e geograficamente. Eles são diferentes de um país para o outro, de acordo com as experiências nacionais e estágios de crescimento econômico, e variarão dentro do mesmo país, de tempos em tempos. O centro político nos Estados Unidos está à direita do mesmo centro na Grã-Bretanha, o qual está à direita dos centros na Alemanha e França, que estão à direita ou em um outro nível do centro no Brasil. E a atitude com relação à globalização segue padrão similar, embora a dimensão do país devesse também ser levada em consideração. Países extensos tendem a ser mais voltados para dentro do que países pequenos com o mesmo nível de desenvolvimento econômico e político.

Examinarei conceitos de esquerda e direita em termos históricos, mas, para isso, devo ter em mente um conceito abstrato. É possível chegar a esse conceito abstrato de várias maneiras. Destacando a igualdade – valor privilegiado pela esquerda e não pela direita, como diz Bobbio (1994). Ou afirmando que a direita é aliada das forças econômicas, a esquerda das sociais, como faz Touraine (1999). Ou

---

governo, conforme um critério combinado com o do PNB, reuniu-se e debateu em público idéias e valores políticos.

<sup>9</sup> Eu discuti este tema em meu último texto: “Incompetência e Construção de Confiança por trás dos Vinte Anos de Quase-Estagnação da América Latina”(1999).

dizendo que a esquerda enfatiza a solidariedade, a direita a competição, como prefere D'Alema. (1999). Ou, finalmente, afirmando, como faço eu, que a ordem e a justiça social são os objetivos políticos relevantes que distinguem a direita da esquerda: enquanto a direita está pronta a arriscar a ordem em nome da justiça, aquela é sempre a primeira prioridade para a direita.<sup>10</sup> Distinções gerais como essas não são necessárias. Uma vez que elas fiquem claras, podemos dizer que há sempre uma esquerda e uma direita. Em cada sociedade capitalista encontraremos, muito provavelmente, um grupo político que dará prioridade à ordem com relação a tudo mais, enquanto outro grupo, embora valorizando a ordem, prioriza a justiça social, e sabe que freqüentemente é necessário arriscar a ordem, aprofundar a democracia, dar mais poder aos grupos sociais.

O radicalismo de algumas reformas neoliberais propostas aparentemente refutaria meu critério. Símon Schwartzman, comentando uma versão anterior deste texto, disse que “seu próprio texto mostra que a direita liberal é mais radical (do que a esquerda) ao introduzir reformas estatais, reformas de educação e saúde etc.” A direita neoliberal é em alguns casos mais radical do que a esquerda, mas é radical em favor dos ricos, e não põe em risco a ordem social por transferir poder aos pobres. A esquerda sabe quão importante é a ordem, mas pô-la em risco significa apoiar – embora não necessariamente concordar com – iniciativas que aprofundem a democracia, envolvendo de forma mais direta o controle da sociedade sobre o Estado, dando poder aos movimentos sociais, ONGs, e à cidadania.

Neste texto discutirei essencialmente idéias, não governos ou administrações. Examinarei a forma histórica que a esquerda assumiu nos tempos atuais. Como os social-democratas têm sido capazes, através dessas idéias, de distinguir-se dos antigos social-democratas e da Nova Direita conservadora, para conquistar o centro e ganhar eleições. O primeiro país onde isso claramente aconteceu foi a Alemanha, ainda nos anos 70, depois a Espanha, no início dos anos 80. Foi, contudo, na Grã-Bretanha, com a Terceira Via, que a Nova Esquerda ganhou um caráter conceitual mais preciso. Focalizarei as diferenças entre a Nova e a Velha Esquerda, e a Nova Direita, em relação ao tema da globalização. Darei especial atenção ao que é ou o que seria a Nova Esquerda num país em desenvolvimento como o Brasil. E, por fim, perguntarei a mim mesmo se essas idéias poderão produzir bons resultados ou não, se

---

<sup>10</sup> Ver Bresser-Pereira (1997a.). De acordo com meu ponto de vista, há quatro objetivos políticos relevantes na sociedade contemporânea — ordem, igualdade, liberdade e bem-estar social —, mas só os dois primeiros constituem critérios para distinguir a esquerda da direita. A despeito de todas as reivindicações que os proponentes da esquerda e da direita possam fazer, liberdade e crescimento econômico não são determinantes claros da distinção entre esquerda e direita.

promoverão melhores governos e melhores Estados, ou serão indiferentes em relação a tais resultados.

## **PERSPECTIVA HISTÓRICA**

A partir dos primórdios dos anos 70, testemunhamos uma crise que foi marcada pela redução das taxas de crescimento e pela concentração de renda em praticamente todos os países, exceto os bem conhecidos casos do Leste e Sudeste da Ásia. Esta crise era essencialmente uma crise do Estado – como a dos anos 30 foi uma crise do mercado. Sua consequência política mais evidente foi o deslocamento do centro político para a direita, provocando uma crise na esquerda, enquanto uma direita neoliberal ou libertária avançava em todos os campos. Nos anos 90, quando o fracasso das propostas neoliberais de retomada do crescimento e distribuição de renda se tornou patente, o pêndulo novamente começou a mover-se, agora em direção à esquerda. Provavelmente nunca antes um tão grande número de governos foi social-democrata como hoje. Na Europa, dos treze países da União Européia, onze são social-democratas, um conservador e outro indefinido.

Esses vinte anos de crise permitiram o surgimento de uma nova centro-esquerda: os novos democratas nos Estados Unidos, a Terceira Via na Grã-Bretanha, o novo centro na Alemanha, a Nova Esquerda na França e na Itália, e a moderna social-democracia no Brasil.

Essa mudança foi possível, primeiro, porque a Nova Direita neo-liberal não conseguiu cumprir suas promessas. Mercados descontrolados produziram graus de insegurança social e de concentração de renda sem precedentes, sem que houvesse, em contrapartida, crescimento econômico. A sabedoria convencional neoliberal de que há uma permuta (trade-off) entre a igualdade e a eficiência mostrou-se economicamente equivocada e politicamente desastrosa. De acordo com Glyn e Miliband (1994), a pesquisa empírica sugere que o pressuposto neoliberal de que a permuta existe é “na melhor das hipóteses não provada e, na pior, errada”. Por outro lado, esse livro de 1994 já reconhece o fato de que a opinião pública nos países avançados rejeitara fortemente a alegada contrapartida. O número sem precedentes de derrotas que os partidos conservadores sofreram desde então é a melhor sinal nessa direção.

Em segundo lugar, a Nova Esquerda ganhou eleições, derrotando a direita na maioria dos países desenvolvidos, porque foi capaz de criticar com êxito tanto a direita neoliberal quanto a Velha Esquerda, ao mesmo tempo que apresentava programas novos e pragmáticos nos respectivos países. A queda do muro de Berlim, em 1999, produziu enorme literatura sobre a crise da Velha Esquerda, enquanto a

Nova Esquerda se fortaleceu em virtude das décadas de críticas dirigidas ao sistema soviético. Por sua vez, a Nova Direita, a qual assumiu uma atitude triunfalista, comemorando a “vitória definitiva do mercado sobre o Estado”, logo compreendeu que suas reformas, embora em parte necessárias, não estavam sendo bem recebidas pelos eleitores, dados seu desnecessário radicalismo e os poucos resultados alcançados. E mergulhou em sua própria crise.

Nos Estados Unidos, os “novos democratas” adotaram algumas políticas dos conservadores para ganhar as eleições, mas estão claramente à esquerda dos republicanos neoliberais; na Grã-Bretanha, o Novo Trabalhismo está à esquerda da direita thatcherista; mas ambos estão à direita dos social-democratas alemães e franceses. Estes últimos constituem o modelo renano, no qual o Estado desempenha papel de intermediário entre os grupos e as classes sociais nas políticas de bem-estar social e na política industrial; os primeiros, o modelo anglo-americano, no qual o mercado é dominante — mais nos Estados Unidos do que na Grã-Bretanha. Conseqüentemente, os partidos políticos de direita nos Estados Unidos e na Grã-Bretanha são mais conservadores do que os correspondentes partidos de direita na França e na Alemanha. Na Alemanha, segundo Streeck (1998:238-241), os regimes político e econômico existentes “revelam um complexo compromisso histórico entre o capitalismo liberal, introduzido após a Segunda Guerra Mundial, e duas forças que se compensavam, a social-democracia e a democracia cristã. Disso resultou que “mercados são politicamente institucionalizados e socialmente regulados — vistos como resultados de políticas públicas orientadas para objetivos públicos”. Esta é uma boa síntese do modelo renano, partilhado pela Alemanha e França. Nos Estados Unidos, ou mesmo na Grã-Bretanha, esse compromisso nunca foi alcançado, nem o mercado é visto dessa forma.

O conservadorismo da Velha Direita era o respeito pela ordem, pelas instituições e profissões tradicionais; o fundamentalismo neoliberal ou voltado para o mercado da Nova Direita é essencialmente contrário a isso. É um estranho conservadorismo, o qual, como afirma um bem conhecido teórico político conservador, John Gray (1997:3), tem o efeito de minar o verdadeiro conservadorismo como projeto político. Políticas neoliberais trouxeram problemas sociais que os políticos da Nova Direita não sabem como enfrentar. Em suas palavras, “a hegemonia, dentro do pensamento e da prática conservadores, da ideologia neoliberal teve o efeito de destruir o conservadorismo como projeto político viável em nosso tempo”.

A esquerda clássica acreditava, seguindo Marx, que havia uma correlação direta entre a classe trabalhadora e a esquerda, e a classe capitalista e a direita. Se no tempo de Marx essa dicotomia simples podia fazer algum sentido, não o faz hoje. O



enorme incremento e a penetração da nova classe média roubaram a nitidez das ideologias e das relações de classe. Simon Schwartzman, comentando uma dissertação de doutorado sobre escolhas dos eleitores e identificação ideológica no Brasil, observou que seus quadros “não mostravam relação clara entre ideologia (autolocalização no espectro esquerda-direita) e educação ou renda”<sup>11</sup> Creio que isso é um fato generalizado na sociedade contemporânea. Um dos principais critérios pelos quais os eleitores escolhem seus candidatos é a lealdade ideológica, mas as preferências ideológicas são cada vez mais determinadas por considerações morais ou cívicas, e menos por classes ou grupos de interesse.

Os novos políticos de esquerda somente são apoiados pelos intelectuais de esquerda enquanto estão fora do governo. No momento em que um dado partido social-democrata passa a utilizar as novas idéias para ganhar eleições e a enfrentar o desafio de transformá-las em políticas públicas efetivas, os intelectuais se inquietam. Isso aconteceu recentemente com o Novo Trabalhismo na Grã-Bretanha. No Brasil, este fenômeno é permanente. Na Grã-Bretanha, as novas idéias foram desenvolvidas por membros partidários e intelectuais, mas pouco depois que o Partido Trabalhista ganhou as eleições de 1997, os intelectuais transformaram-se em críticos. John Lloyd (1999:23), que escreveu em Prospect um bem documentado texto sobre o assunto, verificou que a maioria dos intelectuais de esquerda agora se dissociam do Novo Trabalhismo e especialmente da Terceira Via — de seus esforços para criar uma filosofia política — da qual muitos falam com desdém.

Por quê? Porque os governos, para governar, têm de lidar com temas práticos e de transigir a fim de poder lidar com eles, enquanto intelectuais não precisam fazer compromissos. Porque o legítimo objetivo do político é exercer poder político, enquanto acadêmicos preocupam-se com o avanço do conhecimento. E, em terceiro lugar, porque os intelectuais de esquerda são normalmente ainda menos pragmáticos do que a média dos intelectuais. É necessário, porém, salientar que o político coerente não pode transigir em relação às condições necessárias para o resultado desejado, mas pode moderar suas ambições, ao mesmo tempo que apresenta o problema de tal forma que pareça que houve uma transigência quando no fundamental não houve.<sup>12</sup>

Assim, quando um partido social-democrata chega ao poder, seu destino logo será o de ser acusado de trair os “ideais de esquerda”, ou os “ideais socialistas”.

---

<sup>11</sup> Comentários escritos por Simon Schwaruman sobre a dissertação de doutorado de André Singer na Universidade de São Paulo. 1999.

<sup>12</sup> I owe this last observation to Paul Davidson.

Censuras desse tipo sempre existiram. Outrora, os comunistas acusavam os social-democratas de traição, agora a Velha Esquerda e os acadêmicos idealistas fazem o mesmo com a Nova Esquerda. Há, contudo, diferenças expressivas entre os dois momentos. Pontos de vista divergentes entre a Nova e a Velha Esquerda são menos acentuados do que eram quando a divisão era entre social-democratas e comunistas. E, em segundo lugar, a Nova Esquerda é um poder político alternativo mais viável em relação à direita, do que o era a velha social democracia.

A Nova Esquerda também é acusada pela Nova Direita de imitar suas propostas. *The Economist*, por exemplo, em seu número de 2 de maio de 1998, escreveu um editorial engraçado, começando pelo título no qual sugeria que o Novo Trabalhismo era um estranho conservadorismo.<sup>13</sup> O editorial estava em contradição direta com o relatório especial do primeiro ano do Novo Trabalhismo, publicado no mesmo número. No editorial, a revista liberal diz: “em suma, é verdade que as diferenças entre o Novo Trabalhismo e o *thatcherismo* atenuado são muito mais de estilo do que de substância.”<sup>14</sup> Ainda assim, no relatório especial, a revista apresentava pelo menos sete iniciativas de caráter claramente social-democrata.<sup>15</sup> Ora, essas iniciativas não são consistentes com a Nova Direita. No final de 1999, o governo Blair decidiu aumentar significativamente suas despesas com o National Health Service, garantindo a consolidação do sistema universal de saúde na Grã-Bretanha, que os conservadores vinham há muito tentando desestabilizar com a alocação de fundos insuficientes para depois justificar a privatização.

Há, contudo, similaridades entre a Nova Esquerda e a Nova Direita. Elas podem ser atribuídas ao fato de ambas disputarem o centro. Nessa disputa, conforme observou Wanderley Guilherme de Santos, “ocasionalmente, diagnóstico e terapia pontuais podem ser as mesmas, tanto para a Nova e a Velha Esquerdas, quanto para a

---

<sup>13</sup> O título da matéria era “The Strangest Tory Ever Sold”.

<sup>14</sup> Esta é uma perfeita ilustração do “efeito fútil” de Hirschman (1991) descrevendo a retórica da reação. A mudança real é impossível. Constrangimentos econômicos e institucionais prevalecerão sobre a reforma progressiva, a qual será apenas aparente.

<sup>15</sup> As iniciativas social-democratas, de acordo com o relatório especial do *The Economist*, eram: (1) Cinco bilhões de libras de imposto repentino sobre serviços que obtinham lucros excessivos; (2) redução dos benefícios pagos aos pais solteiros, mais do que compensados por reformas posteriores do sistema de bem-estar social; (3) um orçamento “levemente redistributivista”; (4) o mercado de trabalho “flexível” do Novo Trabalhismo parecia significar mais do que livrar-se de barreiras legais para contratar e despedir, preferindo enfatizar o melhor treinamento dos trabalhadores; (5) a Grã-Bretanha assinou o capítulo social da União Européia; (6) o esquema de cupons-maternidade foi abolido; (7) a Convenção Européia sobre Direitos Humanos foi incorporada ao direito britânico; (8) estudantes universitários estão tendo de contribuir no custo de suas taxas de matrícula.

centro-esquerda, e até mesmo para os mais ‘esclarecidos’ membros do conservadorismo”.<sup>16</sup> Existe uma quantidade muito grande de políticas públicas que não se distinguem por ser de direita ou de esquerda, mas por serem adequadas e competentes, ou inadequadas e incompetentes. Por outro lado, ainda que o pêndulo político tenha mudado de direção, a precedência do mercado sobre o Estado na alocação de recursos será duradoura. O centro pode já ter começado a mover-se em direção à maior igualdade e a alguma política industrial, mas não retornará ao planejamento estatal de toda a economia. Os governos planejarão seus próprios gastos. O novo Estado gerencial que está surgindo, além de passar a contar com agências executivas com mais autonomia para regular mercados oligopolistas, terá também um papel “capacitador” (enabling) das empresas nacionais que devem competir a nível internacional. Esses fatos fazem as pessoas dizer que a Nova Esquerda no governo segue a liderança da Nova Direita. Na verdade, a Nova Esquerda aprendeu com a Nova Direita e, agora no poder, está transformando o que aprendeu em seus próprios termos, enquanto o pêndulo de novo começa a mover-se para a esquerda. Fenômeno semelhante ocorreu nos anos 30. Então, a crise era de mercado. A esquerda, ou as forças “liberais” ou progressistas, tomou a liderança, com Keynes e Roosevelt. A direita, para poder voltar a ganhar as eleições, foi compelida a aprender com a esquerda e adotou muitas das políticas que os partidos de esquerda originalmente implementaram quando estavam no governo.

A Nova Esquerda é moderna e orientada para a mudança tecnológica e a eficiência; para o uso racional dos recursos humanos e naturais na produção; para o respeito dos direitos humanos, inclusive os direitos republicanos. A eficiência será alcançada sobretudo através dos mercados livres, não através de mercados não-controlados ou descontrolados. Há uma crítica convencional a essa preocupação com a eficiência no seio da Nova Esquerda: ela reduziria a política a objetivos econômicos. Não é uma crítica que mereça discussão. Mais interessante é a distinção que Jeremy Gilbert faz entre dois conceitos de modernidade: um, conservador e centralizador de poder, propõe a acomodação ao presente, sem desafiá-lo; o outro, democrático e mais consistente com a esquerda, “concebe a modernidade como um constante, embora desequilibrado, processo de mudança... não da centralização de poder, mas de sua difusão através de um permanente processo de democratização”. E

---

<sup>16</sup> Observação em e-mail de 14 de junho, 2000.

crítica a Nova Esquerda — mais precisamente o Novo Trabalhismo — por não se caracterizar por um comprometimento exclusivo com o último.<sup>17</sup> Ora, a Nova Esquerda favorece o processo de democratização, mas não pode ter um “comprometimento exclusivo”. Criativa como é, essa crítica tipifica os enfoques conflitantes de intelectuais e políticos: o primeiro, quando deixa de ser analítico, vira utópico; o último tem em mente a utopia, mas faz concessões para vencer eleições ou formar maiorias parlamentares.

Dois fatores limitam a liberdade de tomada de decisões da Nova Esquerda quando ela se torna um poder alternativo viável. Em primeiro lugar, a Nova Esquerda deve conquistar o centro político; Já conta com simpatizantes na esquerda. Seu problema é tomar o centro da direita. Ora, para fazer isso, tem de moderar suas propostas, tem de ter um discurso antes de consenso do que de conflito. Isso sempre foi verdade, mas ficou ainda mais verdadeiro em nossos tempos, quando a classe média se tornou tão ampla e penetrante.

Em segundo lugar, supõe-se que a Nova Esquerda deva aceitar as restrições econômicas. Há uma propensão arraigada entre críticos, assim como entre patronos da esquerda, em identificá-la com gastos estatais e déficit orçamentário — uma identificação que tem algum suporte histórico, mas que faz pouco sentido hoje. Os fundamentos macroeconômicos existem para serem respeitados. Podem-se respeitá-los de forma tola, como se fossem artigos de fé, ou de modo esperto e criativo. Os economistas e estrategistas políticos realmente bons são aqueles capazes de adotar a segunda estratégia, mas isso nada tem a ver com esquerda e direita: há economistas competentes e incompetentes, à direita e à esquerda.

Dentre os fundamentos macroeconômicos, um com o qual a esquerda deve ser especialmente cuidadosa é a segurança e lucratividade dos investimentos. O poder de veto que os capitalistas têm sobre políticas econômicas deriva do fato de que eles investirão ou não, dependendo da confiança nas instituições e na administração.<sup>18</sup> Os capitalistas só investirão se puderem esperar razoáveis e relativamente seguras taxas de retomo sobre seus investimentos. Ou, como a nova esquerda aprendeu bem, não há governo viável se os capitalistas não estão investindo.

---

<sup>17</sup> Ver Jeremy Gilbert (1998) em Anne Coddington e Mark Perryman. eds., (1998) *O Dilema do Modernizador*. Este livro é o produto dos debates promovidos pelo Sinal dos Tempos, um grupo independente e aberto de discussão, em Londres. Dois livros anteriores já foram publicados pelo mesmo editor, Lawrence & Wishart.

<sup>18</sup> Para a original análise do poder de veto dos capitalistas e suas implicações políticas, ver Przeworski (1985).

Por todo o século XX, a esquerda teve de mudar várias vezes, a fim de alcançar poder político. Przeworski (1999) observa que ela mudou seus objetivos. No fim do século XIX, o objetivo era o socialismo através da revolução. Com o advento da social-democracia, o objetivo continuou sendo o socialismo, mas supunha-se alcançá-lo através de reforma. Mais recentemente, os partidos social-democratas teriam desistido por completo do socialismo e estariam entre o “remedialismo” e a total “resignação”. Essa síntese da história da social-democracia é intelectualmente atraente, mas põe demasiada ênfase na identificação do socialismo com a propriedade estatal dos meios de produção. Foi assim que o socialismo foi normalmente definido pela Velha Esquerda — a comunista e a não-comunista — no passado. A social-democracia de Bernstein, no início do século XX, era reformista e socialista, mas o socialismo continuou significando propriedade pública ou coletiva dos meios de produção. A Nova Esquerda — e a primeira Terceira Via — que emergiu da rebelião checa (1968) permanece socialista e reformista, mas o socialismo começou a ser visto como não envolvendo a propriedade coletiva dos meios de produção.

A Nova Esquerda mudou ao longo dos anos. Agora, a Nova Esquerda que emergiu da crise do Estado e do colapso da União Soviética de 1989, e que ganhou eleições, ainda visa ao socialismo, mas freqüentemente evita a palavra, dada a sua conotação estatista. O socialismo democrático segue sendo um objetivo, mas o socialismo é definido em novos termos, enfatizando seu caráter radicalmente democrático. <sup>19</sup> O socialismo será consistente com um sistema econômico de mercado coordenado, onde prevalece um sistema democrático, uma vez que somente através da igualdade política será possível alcançar ampla igualdade de oportunidade e a proteção aos incapazes de competir no mercado — as duas características que distinguem o socialismo. E por isso que, seguindo Carlo Rosselli e Bobbio, tenho identificado a Nova Esquerda e a nova social-democracia com o liberal-socialismo ou o social-liberalismo.<sup>20</sup>

A Nova Esquerda parte do pressuposto de que a economia de mercado não será, necessariamente, uma economia capitalista. O capitalismo já mudou imensamente e continuará a mudar. Assim, alguma forma de socialismo democrático

---

<sup>19</sup> Veja, por exemplo, os textos em Mouffe, ed. (1992), ou Held (1994), e Meehan (1994), em Miliband, ed. (1994), que definem a igualdade essencialmente em termos políticos

<sup>20</sup> Carlo Rosselli (1930), um socialista italiano morto pelos facistas, foi o primeiro a escrever sobre o social-liberalismo. Em seus trabalhos, Bobbio refere-se com freqüência ao social-liberalismo e a Rosselli. Citarei aqui um de seus principais livros publicados em inglês e uma longa entrevista dada a mim em 1993, cujo principal tema era o social-liberalismo (Bobbio, 1984, 1993). Para a tradição liberal-socialista inglesa ver Michael Freeden (1996: ch.12).

poderá materializar-se no futuro. Agora, de acordo com Beck (1998), os países avançados estão entrando num estágio de “segunda modernidade”. A primeira modernidade foi a da sociedade industrial e capitalista de Marx e a da racionalidade instrumental de Weber. A nova modernidade não pode ainda ser claramente definida, mas é a modernidade na qual veremos uma nova e mais completa liberdade, e um novo indivíduo, auto-orientado e autônomo, mas capaz de assumir responsabilidades republicanas. Se essa visão apontar na direção correta, por que não poderemos ter um mercado controlado e uma sociedade socialista? Uma sociedade na qual as organizações públicas não estatais serão participantes cada vez mais importantes do mercado, embora quase sempre financiadas pelo Estado ao produzir serviços sociais. Uma sociedade na qual o conhecimento será ainda mais estratégico e a igualdade de acesso ao conhecimento será efetivamente perseguida, não apenas como ideal, mas como algo ao alcance das sociedades avançadas.<sup>21</sup>

Nessa sociedade do futuro, a qual os cidadãos dos países desenvolvidos já podem visualizar, o indivíduo desempenhará um papel protagônico. A igualdade não é mais vista pela Nova Esquerda como igualdade de renda e riqueza, mas como igualdade de oportunidade. Nas palavras de Blair e Schroeder (1999), “a execução da justiça social foi algumas vezes confundida com a imposição de igualdade de resultados. O resultado foi negligenciar-se o esforço e a responsabilidade”. Uma forma mais sofisticada de apresentar o problema é dizer que a Nova Esquerda é a favor da “igualdade complexa”, como definida por Michael Waltzer (1983) no, hoje clássico, *Esferas de Justiça*. Numa sociedade avançada e democrática, há diferentes espécies de bens sociais — renda e riqueza (dinheiro), poder, segurança e bem-estar social, educação, tempo livre, afinidade e amor, saúde, reconhecimento social, graça divina, tempo livre — cada bem correspondendo a uma esfera de justiça ou a uma esfera de distribuição. A igualdade complexa será alcançada não quando todos — ou os principais bens sociais estiverem igualmente distribuídos — ‘mas quando quem estiver à frente em algumas esferas for incapaz de transferir essa vantagem de uma esfera para outra, de cruzar fronteiras, de exercer “predomínio”. O objetivo de impedir o cruzamento de fronteiras e de garantir um princípio de justiça legítimo para cada esfera ainda não foi atingido, mas é um objetivo factível nas sociedades avançadas. Quando educação básica e assistência à saúde de boa qualidade forem gratuitas para todos, começaremos a ficar próximos da igualdade de oportunidade.

---

<sup>21</sup> Terminei meu ensaio de 1972 sobre o despontar da tecnoburocracia ou nova classe média, com essa pergunta. Quase trinta anos depois, acredito que a pergunta é ainda mais apropriada.

Quando as pessoas reagem negativamente às tentativas dos abastados ou dos politicamente poderosos de cruzar as fronteiras das esferas e comprar educação, saúde e honrarias, temos um sinal no sentido da igualdade complexa. De acordo com Waltzer, que se intitula um socialista-democrático, a igualdade complexa pressupõe a democracia, ou, mais especialmente, a “cidadania igualitária”. Os bens sociais serão avaliados e a igualdade alcançada em termos sociais, por cidadãos que debatem seus problemas e se respeitam na sua própria esfera de distribuição. Miller (1995:206) segue Waltzer, mas acrescenta o conceito de “igualdade de status”, o qual fortaleceria a igualdade da cidadania e conduziria à igualdade complexa. “Numa sociedade que pratica a igualdade complexa, as pessoas desfrutam de uma igualdade básica de ‘status’, a qual se sobrepõe a sua situação desigual em esferas específicas de justiça, como dinheiro e poder.” “Status”, de acordo com Miller, não se refere apenas a prestígio. Refere-se, antes, “à postura das pessoas dentro da sociedade, como manifestada pelas instituições públicas e por outros indivíduos”. Onde há um reconhecimento plural das esferas de distribuição de sua autonomia, cada cidadão, dispondo de cidadania e “status” iguais, olha para outras pessoas através das fronteiras das esferas, ou dentro da mesma esfera, com igual respeito. Um indivíduo pode ser superior numa esfera, mas não o será nas demais, e ele ou ela saberão disso.

A igualdade complexa é um conceito relacionado mas mais elaborado do que o conceito de igualdade de oportunidade. Na igualdade complexa, cada esfera de justiça tem um critério específico de distribuição. Assim, não é inconsistente com pontos de vista levemente meritocráticos, uma vez que o critério para educação e renda mais elevadas será a habilidade individual. Rocard (1994), que pode ser visto como um dos fundadores da Nova Esquerda, sublinha ser falso acreditar que uma economia global poderia funcionar contando com a participação de indivíduos desinteressados. Num mundo em que um número crescente de pessoas tem voz em questões políticas e, mais que isso, buscam autonomia em suas próprias vidas, a Nova Esquerda busca o novo individualismo. O “novo indivíduo” pensa em si mesmo, mas não é apenas egoísta e, assim, será capaz de defender seus próprios interesses, ao mesmo tempo que é responsável, de modo solidário, pela comunidade da qual faz parte. Nas palavras de Giddens (1994:29), o indivíduo deve alcançar um certo grau de autonomia de ação, como condição para ser capaz de sobreviver e forjar uma vida; mas autonomia não é a mesma coisa que egoísmo e, além do mais, implica reciprocidade e interdependência”.

Assim, a igualdade de oportunidade à qual a Nova Esquerda se refere não deve ser confundida com o “sonho americano”. Neste caso, a igualdade de oportunidade seria alguma coisa incrustada na sociedade americana, alguma coisa que as forças de

mercado e a democracia, apenas corrigida a discriminação racial, proveriam automaticamente. Nos termos da Nova Esquerda, a igualdade de oportunidade é para ser perseguida por políticas públicas, de forma deliberada, em todas as áreas da sociedade. A igualdade de oportunidades começa com oferta efetivamente igual de oportunidades de acesso à educação e à saúde. Isso, obviamente, envolve a eliminação ativa de todos os tipos de discriminação — de gênero, étnico, racial, religioso —, mas supõe-se que vá além disso.

Ora, a Velha Esquerda não está preparada para aceitar uma tal definição de socialismo. Assim, embora não tendo uma alternativa e uma definição viável, está sempre pronta para falar em “traição” dos ideais socialistas. A Nova Esquerda progressiva, por sua vez, não está particularmente interessada em se envolver em tal discussão, uma vez que ela não tem um propósito prático. A Nova Esquerda, particularmente quando no governo, é pragmática, preocupada mais em fazer um trabalho melhor do que os conservadores, do que em debater idéias abstratas. O desafio dos novos social-democratas é governar o capitalismo de modo mais eficiente e de forma mais justa do que os capitalistas. Não é suficiente reduzir a injustiça embutida no capitalismo, nem apenas promover a democracia, que não é condição necessária do capitalismo, nem proteger efetivamente o meio ambiente, e, de modo mais amplo, o patrimônio público, o qual é freqüentemente apropriado para fins privados por capitalistas e burocratas. Além disso tudo, a nova social-democracia deve gerenciar bem a economia, regular os mercados de forma competente, alcançar a estabilidade macroeconômica e o crescimento econômico. Em outras palavras, espera-se que seja eficiente e efetiva - ainda mais do que os capitalistas, ou a direita conservadora.

Para alcançar esses objetivos a Nova Esquerda, embora pragmática, preocupa-se com idéias e valores. Além de se comprometer com alguns valores básicos como justiça, liberdade e solidariedade, deve abraçar valores relativamente novos, como igualdade de oportunidade e realização individual (combinada com responsabilidade civil ou republicanismo)<sup>22</sup>. Em termos mais específicos, a Nova Esquerda opta por ser forte no combate ao crime e por ter a família e a sociedade civil como instituições básicas na sociedade. De acordo com Tony Blair (1998: 3-4), “Minhas políticas têm

---

<sup>22</sup> Entendo republicanismo como o envolvimento ativo e a responsabilidade de cada cidadão para com a República, o bem comum (ver sobre isso Pettit [1997]), e também a defesa dos direitos republicanos (Bresser-Pereira, 1997b). Uma versão inglesa de “Cidadania e Res Publica: O Advento dos Direitos Republicanos” está disponível em [www.bresserpereira.org.br](http://www.bresserpereira.org.br).



suas raízes na crença de que somente podemos realizarmo-nos como indivíduos numa florescente sociedade civil, que inclua famílias e instituições cívicas amparadas por governo inteligente. Para que a maioria dos indivíduos possa ter êxito, a sociedade deve ser forte. Quando a sociedade é fraca, poder e recompensas são para poucos, não para muitos”. Mas uma sociedade forte requer um Estado forte: “O doloroso erro da esquerda fundamentalista no século XX foi acreditar que o Estado poderia substituir a sociedade civil e, desse modo, avançar em prol da liberdade. A Nova Direita virou-se para o outro extremo, advogando o dismantelamento em bloco das atividades centrais do Estado, invocando, para isso, a causa da ‘liberdade’. A verdade é que a liberdade para os muitos exige Estado e governos fortes”.

Para serem realizados os novos valores exigem meios adequados. Requerem uma sociedade civil forte e um Estado forte, mercados livre e ativos, e bons governos, isto é, governos capazes de tomar a decisão certa no momento certo e capazes de administrar o aparato do Estado de maneira eficiente e efetiva. Assim, quando a Nova Esquerda demandar esforços para o aprofundamento da democracia e dos direitos dos cidadãos, para a reconstrução da capacidade do Estado, para liberar e regular os mercados e para criar um meio ambiente técnico e político adequado para formular políticas competentes, ela estará sendo consistente com seus objetivos políticos maiores.

Quando a esquerda dá ordens em nome da justiça, ela o faz transferindo poder aos pobres. Todavia, note-se que transferir poder a movimentos sociais populares e defender organizações é distinto de transferir poder a associações corporativas ou representativas. A Velha Esquerda baseou muito de seu poder na segunda estratégia. Os sindicatos dos trabalhadores continuaram a ter um papel importante nos partidos de esquerda, mas mais na visão da antiga do que na visão da Nova Esquerda. A primeira identificava os avanços da justiça social com as greves bem-sucedidas dos sindicatos, o que seria a ocorrência de uma expressiva forma de luta de classes. A Nova Esquerda apóia os sindicatos e reconhece o direito à greve, mas está inteirada de que em algumas ocasiões os sindicatos são apenas instrumentos para a introdução do monopólio no mercado de trabalho e a conservação de privilégios indevidos. Mais importante que isso, eles eliminaram de seu vocabulário a “Luta de classes”. Não porque ela tenha terminado, mas porque perdeu uma grande parte de sua relevância política e atrativo eleitoral. Como a classe média cresceu enormemente e parte expressiva da classe trabalhadora adotou padrões de consumo de classe média, o clássico modelo de luta de classes, que coloca as classes capitalista e trabalhadora em oposição direta, perdeu poder explicativo. Por outro lado, partidos políticos de

esquerda agora têm de ter um discurso que, além de fazer sentido para os trabalhadores, faça também sentido para a classe média. Ruth Levitas observa de modo crítico que os novos líderes trabalhistas “trabalham para erradicar a imagem do Partido Trabalhista como partido da classe trabalhadora organizada, rejeitando a análise de classe da sociedade como um todo em favor de um modelo pluralista.<sup>23</sup> O fato é que o Partido Trabalhista era o partido da classe trabalhadora. Hoje, como qualquer outro partido da Nova Esquerda, é ou tem de ser muito mais do que isso, caso queira ganhar as eleições.

## A NOVA ESQUERDA E A GLOBALIZAÇÃO

Uma asserção comum da Nova Direita é que a globalização fez da social-democracia um fenômeno do passado, porque as políticas sociais e econômicas que propunha “baseavam-se na capacidade dos estados nacionais soberanos para limitar o livre movimento de capitais”. Uma vez que o Estado, de acordo com essa visão, perdeu a capacidade com relação a isso, segue-se que as políticas macroeconômicas ativas e as políticas de bem-estar social, ambas dedicadas a limitar a dominação do mercado, não têm mais espaço no mundo contemporâneo. E conclui a Nova Direita (no caso em total acordo com a Velha Esquerda): se a Nova Esquerda reconhece essas novas realidades e conscientemente adota políticas macroeconômicas neomonetaristas e opta por mercados flexíveis, deixa de ser esquerda: torna-se uma versão suave da nova direita, um neoliberalismo disfarçado.

Para essa alegação a Nova Esquerda tem duas respostas. Primeiro, ela rejeita as “novas realidades”, o incontrolado domínio dos mercados que a globalização teria trazido. Os novos partidos social-democratas podem ter diferentes idéias sobre a globalização, mas todos partilham a recente declaração (1999) de Lionel Jospin, de que a globalização não deixa o Estado sem poder: “Nós reconhecemos plenamente a globalização. Mas não vemos suas manifestações como inevitáveis”. Ou a asserção de Hobsbawn (1998:6): “A economia global não substituiu o conjunto mundial de estados, o poder político e as políticas. Ambas *coexistem* em mútua negociação”.<sup>24</sup> O Estado na verdade perdeu alguma autonomia macroeconômica, devido à globalização das questões de política de taxas de câmbio. Dado que na economia

---

<sup>23</sup> Ver Levitas (1998: 114). Nesse livro sobre exclusão social e Novo Trabalhismo, o ponto principal de Ruth Levitas é que “a inclusão potencialmente oferecida pela social-democracia é limitada pela própria natureza do capitalismo e a natureza da social democracia” (p. 187). Não há dúvida de que ambas as “naturezas” limitam a inclusão. Em vez de pensar em termos de uma “natureza” fixa, faria mais sentido para a análise socialista de exclusão social considerar o caráter histórico de mudança do capitalismo e da social-democracia. Hoje, os limites estão determinados ou relativamente determinados, amanhã não.

<sup>24</sup> Segundo o *The Economist*, em 2 de outubro de 1999, p. 56, e em Jospin (1999).

global os fluxos de capital são imensos e rápidos, a taxa de câmbio ou flutuará, ou estará atrelada a uma moeda forte, deixando às autoridades econômicas nacionais pouco espaço para traçar políticas ativas nessa área. Em outras, entretanto, os estados nacionais conservam autonomia substancial. O Estado tem muitos e expressivos papéis a desempenhar, Se bem governado, as políticas e instituições do Estado podem ter um impacto substantivo sobre a economia e a sociedade.

Em segundo lugar, a Nova Esquerda rejeita a proposta de substituir o estado do bem-Estar social por “mercados flexíveis” – o eufemismo para mercados descontrolados.<sup>25</sup> Isso não significa que se opõe aos mercados, ao espírito da empresa, aos lucros e aos incentivos individuais. Pelo contrário, é fortemente a favor da alocação dos recursos pelo mercado. Opõe-se, porém, a pontos de vista dogmáticos a favor do mercado. E afirma que um mercado bem regulado poderá, a longo prazo, produzir uma espécie de solidariedade social que mais que compensa o possível mau uso dessas instituições por trabalhadores que não querem trabalhar. Há aqui uma permuta (um *trade-off*), mas essa permuta provou-se até agora favorável ao modelo renano de socialdemocracia, quando comparado com o liberalismo anglo-americano, mais individualista.<sup>26</sup>

Os novos partidos social-democratas não estão inteiramente de acordo em relação às conseqüências econômicas da globalização. Sobre esse assunto, França e Alemanha são mais críticas, os Estados Unidos e a Grã-Bretanha menos, se não favoráveis. Giddens (1999:27), por exemplo, diz que a Nova Esquerda “adota atitude positiva com relação à globalização, embora não totalmente sem crítica. A globalização não é a fonte primeira das novas desigualdades”. A última frase de Giddens está correta: a aceleração do progresso tecnológico, aumentada a demanda

---

<sup>25</sup> Para a visão direita nessa direção, veja, por exemplo, Novak (1998). No panfleto, Novak reproduz a clássica crítica da direita sobre o estado do bem-estar social na Europa, o qual compara desfavoravelmente com os Estados Unidos. Na Europa, o estado do bem-estar social seria o fator principal a levar os trabalhadores a esquivar-se, muitos avisando que estão doentes quando não estão. Em seus comentários no mesmo volume, Lloyd (1998:30), referindo-se à enorme elevação da criminalidade nos Estados Unidos, pergunta: “É melhor ter o risco moral das pessoas mentindo para o Estado ao alegar que estão doentes quando não estão, ou o risco físico do roubo e da violência?”

<sup>26</sup> Um estudo recente, comparando a produtividade na França, Alemanha, Estados Unidos e Grã-Bretanha, mostrou os países Rhenish em posição claramente vantajosa. Considerando-se a Grã-Bretanha índice 100, a produção por horas trabalhadas na França e na Alemanha é, respectivamente, 132 e 129, enquanto nos Estados Unidos é 121 (e para a GB, 100). Esse estudo, citado por Samuel Brittan (1999), foi feito por Mary O’Mahony, do Instituto Nacional de Economia e Pesquisa Social.

por pessoas qualificadas e diminuída a demanda por trabalho não qualificado, o aumento no número de mães solteiras e o aumento do número de pessoas economicamente bem-sucedidas sem filhos são as principais responsáveis pela concentração.<sup>27</sup> Mas, se a globalização é entendida como o domínio por mercados descontrolados, há pouca dúvida de que os mercados estejam normalmente propensos a promover insegurança em todos os níveis da sociedade, e a levar à concentração, ao invés da distribuição de renda em cada nação e entre nações. A crítica recorrente de alguns intelectuais exponenciais de esquerda do Novo Trabalhismo britânico, em número especial do *Marxismo Hoje* (novembro de 1998), dirigiu-se a essa visão de globalização.<sup>28</sup>

Segundo D'Alema, (1998), “ver a globalização apenas como uma ameaça leva à idéia de que não há opções a não ser fortalecer as defesas e resistir à realidade que mudou”. Na verdade, para a Nova Direita a globalização é uma oportunidade; para a Velha Esquerda, uma ameaça; e para a Nova Esquerda, um desafio. A Nova Direita vê a globalização como uma oportunidade para maior integração internacional das elites dominantes em cada país. Para a Nova Esquerda, o desafio envolvendo a globalização é claro. Ela não recusará a competição, como deseja a Velha Esquerda, mas tentará elevar a capacidade das indústrias nacionais para competir. Como disse Fernando Henrique Cardoso (1996), analisando o impacto da globalização nos países em desenvolvimento: “a globalização modificou o papel do Estado... a intervenção hoje é quase exclusivamente desencadeada para tornar possível às economias nacionais desenvolver e apoiar condições estruturais de competitividade em escala global”. Em outras palavras, a Nova Esquerda quer lutar por um “Estado capacitador” (enabling state).

A globalização apenas limita severamente a autonomia dos países altamente endividados. A volatilidade dos fluxos de capital são uma grande preocupação para esses países. Particularmente quando eles insistem em manter déficits comerciais e de conta corrente a serem financiados por poupança externa. O melhor caminho para

---

<sup>27</sup> Giddens também inclui entre os fatores por trás da concentração de renda “o crescente valor dos ativos de capital”. Ora, este é uma consequência direta dos mercados menos controlados (ou incontroláveis), que definem a globalização. Na verdade, os mercados funcionarão em favor da distribuição de renda apenas quando a demanda por trabalho não qualificado aumentar mais do que a oferta. É o que tem acontecido nos últimos anos nos Estados Unidos

<sup>28</sup> A publicação de *Marxismo Hoje* foi suspensa há muitos anos. Esse número especial (Novembro de 1998) foi publicado para avaliar e criticar o primeiro ano de Blair no governo. As principais críticas de Hobsbawm e Stuart Hall eram dirigidas aos pontos de vista de Blair sobre a globalização como fenômeno, ao qual os países tem de aceitar ou de adaptar-se. Diz Hall (1998:11): “O Novo Trabalhismo lida com a globalização como se fosse uma Força da Natureza implacável e auto-reguladora”.

enfrentar o desafio da globalização é reduzir gradualmente o endividamento externo, por meio de saldos comerciais. Mas isso somente será possível se os países em desenvolvimento se dedicarem a aumentar a capacidade estatal, a alcançar a estabilidade macroeconômica e a tornar as instituições estáveis. A perda da capacidade estatal que ocorreu nos últimos vinte anos não foi consequência principalmente da globalização, mas da crise endógena do Estado. Assim, não se trata de uma perda permanente, como os apologistas do “globalismo” afirmam, mas transitória, que será superada quando a crise do Estado for superada. Globalismo é o nome que proponho para a ideologia segundo a qual devido à globalização os Estados nacionais perderam autonomia e seus respectivos Estados, relevância.

Bill Clinton (1999) que, como Presidente dos Estados Unidos, se suporia fosse o menos constrangido pela economia global, na verdade está. Ele não é um crítico da globalização, mas sabe que os mercados são cegos em relação à justiça. Ele expressou essa idéia em seu discurso no seminário de Washington sobre a Terceira Via: “A questão que qualquer partido político que pretenda representar os cidadãos comuns deve responder é: ‘como maximizar as possibilidades da economia de informação global e ainda preservar o contrato social’.” Ou, em outras palavras, há uma permuta de curto prazo entre a globalização e o respeito aos direitos sociais, Mercados descontrolados desorganizam comunidades, perturbam o “sistema de vida” de Habermas. O desafio da nova social-democracia é superar essa troca, é achar maneiras de lucrar com as novas oportunidades que os mercados e as novas tecnologias oferecem, e ao mesmo tempo proteger os pobres e excluídos e fortalecer os valores solidários e republicanos.

O pacto social que emergiu da Segunda Guerra Mundial não se exauriu, contrariamente ao que a Nova Direita alardeia insistentemente. Ele está sendo desafiado pelo progresso tecnológico, pela crise do Estado e pela globalização. Ora, a resposta ao desafio é a mudança: mudança social, mudança institucional. Assim, os contratos de trabalho estão sendo revistos. Mas, quando o desenvolvimento econômico acontece, não é a democracia, combinada ao desenvolvimento econômico, o regime político cujos contratos estão sendo permanentemente reescritos? A questão é quanto avançar na mudança dos contratos de trabalho. Dados os elevados níveis gerais de produtividade, combinados com uma distribuição de bens sociais relativamente equilibrada, que o pacto social-democrático alcançou na Europa, não há razão para as democracias sociais avançadas concordarem com as mudanças radicais propostas pelos neoliberais.

Os neoliberais não são mais capazes de vender suas idéias radicais aos países avançados. Mas, com o apoio das elites locais, eles permanecem relativamente dominantes nos países em desenvolvimento, em particular na América Latina. Eles

têm sido exitosos em levar a maioria dos países a privatizar e liberalizar suas economias numa extensão que não foi seguida pelos países desenvolvidos. Não estão sendo tão exitosos em tornar os contratos de trabalho muito mais flexíveis, nem em dismantelar os sistemas de bem-estar social precariamente estabelecidos, mas de toda forma existentes. Mas ainda representam uma ameaça, a qual apenas a Nova Esquerda, emergente ou para emergir nesses países, será capaz de neutralizar.

## **PAÍSES EM DESENVOLVIMENTO**

A distinção entre esquerda e direita, além de seu caráter histórico, com a esquerda e a direita mudando através do tempo, depende do estágio de crescimento econômico de cada país. Há diferenças substanciais entre o que pode ser a Nova Esquerda na América Latina, quando comparada com a existente, por exemplo, na Europa.

Em primeiro lugar, para tanto a esquerda quanto a direita conquistarem o centro político, devem ser tão ou mais nacionalistas do que os países avançados, uma vez que têm ainda de construir uma nação e um Estado —tarefa que já foi realizada pelas nações desenvolvidas. Nos países desenvolvidos todos são nacionalistas, na medida em que ninguém tem dúvida de que é dever de seus governos defender o interesse nacional. Já nos países em desenvolvimento há dúvidas. Quão nacionalista a esquerda deve ser? A Velha Esquerda tem uma visão negativa do nacionalismo, convencida de que o país é cercado por potências imperialistas. Tem, em geral, uma atitude “contra” países avançados, vistos como “potências imperialistas”, e prefere antes fechar o país à influência estrangeira a negociar interesses mútuos e conflitantes. A Nova Esquerda, por seu lado, nega que os interesses nacionais de países em desenvolvimento e desenvolvidos sejam sempre contraditórios, mas não acredita — como a Nova Direita normalmente faz — que eles sejam sempre semelhantes. Em vez da atitude geral “contra” ou “a favor” dos países avançados, crê que o interesse nacional deve ser avaliado em cada caso. Em outras palavras, seu nacionalismo é semelhante ao existente nos países desenvolvidos.

De novo, será fácil para a velha esquerda fora do poder (e também à esquerda intelectual, que por definição está fora do poder) criticar. Uma crítica que somente pode ser feita por quem não está fora do governo. Se um partido político com velhas idéias nacionalistas vence a eleição nacional, terá de conviver com o capitalismo internacional; e logo compreenderá que as restrições econômicas existentes são maiores do que poderia imaginar. As restrições serão particularmente fortes se o país

estiver altamente endividado, mas mesmo para os países em desenvolvimento que têm saldos internacionais confortáveis as restrições da economia global estarão sempre presentes.

Se o país estiver altamente endividado, será necessária a confiança dos mercados internacionais. Esta é uma restrição objetiva que os governos de países em desenvolvimento enfrentam. Mas é uma restrição que pode ser encarada de três formas distintas. Pode ser vista como o faz a direita: afirmando que a globalização reduziu significativamente a autonomia dos estados nacionais, regozijando-se com isso e se engajando alegremente no “jogo da construção de confiança”. Pode ser vista como o faz a Velha Esquerda, a qual denuncia sem efeito o fato quando está fora do governo, ou se entrega a políticas populistas, quando transitoriamente alcança o poder político. E, em terceiro lugar, pode-se conviver com a globalização, mas não sobrestimá-la, nem aceitá-la como uma dádiva divina.

Para a Nova Esquerda nos países em desenvolvimento, a globalização como fenômeno real deveria ser claramente distinta da globalização como ideologia — o “globalismo”, que afirma a perda definitiva da autonomia do Estado. A “interpretação da crise do Estado”, que defendo, vê a perda de autonomia estatal como fenômeno transitório.<sup>29</sup> A crise fiscal do Estado, a crise das estratégias protecionistas de intervenção do Estado e a crise da forma burocrática de gerenciar o Estado, na verdade reduziram a capacidade do Estado. No momento em que a crise for superada, a relativa autonomia estatal retornará. Quando alguém explica a perda da autonomia estatal a partir da globalização, ele ou ela estão sugerindo uma mudança permanente; quando a explicação é baseada na idéia de crise, as alegadas restrições à autonomia do Estado tornam-se transitórias. O Estado sempre enfrentará restrições, mas não novas e avassaladoras restrições, como afirmam os neoliberais. Além disso, esse tipo de interpretação atribui à esquerda com uma tarefa de vulto: reconstruir as instituições estatais e superar a crise do Estado.

A aceitação da globalização como o total domínio dos mercados leva a direita, nos países em desenvolvimento, a engajar-se no ‘jogo da construção de confiança’. Quero por isso significar a adoção desprovida de crítica das políticas econômicas que as autoridades em Washington (isto é, os governos do G-7) e Nova York (o mercado financeiro internacional) crêem que o país deva adotar. É um jogo que muito provavelmente estará fadado ao fracasso, a menos que Washington e Nova York detenham o monopólio da sabedoria universal em política econômica... Se não a detêm, se eles freqüentemente recomendam políticas equivocadas, em função, por um lado, de seus interesses e suas próprias restrições ideológicas e, por outro lado, de seu

---

<sup>29</sup> Ver Bressser Pereira (1996).

limitado conhecimento das condições locais, que estão em constante mudança, a única alternativa possível para os governos dos países em desenvolvimento será decidir conforme o seu próprio julgamento.<sup>30</sup>

Mas é possível alcançar confiança desse modo, nem sempre aceitando o conselho de Washington e de Nova York? A Nova Direita e a Velha Esquerda dizem “nao” por razões distintas. A Nova Direita porque acredita que as elites dos países desenvolvidos estão quase sempre certas; a Velha Esquerda porque acredita que Washington e Nova York impõem total subordinação aos países em desenvolvimento. Na verdade, argumenta a Nova Esquerda, é possível conquistar confiança sem necessariamente seguir receitas. Não é tarefa fácil, assim como não é simples governar o capitalismo de modo mais competente do que os capitalistas o fazem. Mas é necessário considerar que os representantes das elites — particularmente políticos, funcionários e agentes financeiros — nos países avançados são racionais e pragmáticos. Eles podem oferecer alguma resistência a iniciativas as quais não contam com sua aprovação inicial, mas, em última instância, o que é importante para essas elites são os bons resultados.

Uma última diferença. Os partidos social-democratas na Europa identificados com a Nova Esquerda já estão buscando efetiva igualdade de oportunidades em todos os níveis, a começar pelo educacional. A igualdade complexa não é alcançada, mas não é um sonho. Em contraste, a desigualdade econômica na América Latina ainda é ainda algo que permanece muito distante.

## **ALGUMAS DISTINÇÕES**

As políticas que a Nova Esquerda está adotando aproveitam e levam adiante algumas das necessárias reformas voltadas para o mercado da Nova Direita (por exemplo, a liberação do comércio, a privatização de indústrias competitivas, a introdução de administração pública gerencial). A Nova Esquerda acredita antes no mercado do que no Estado como agente coordenador da economia, mas não é dogmaticamente pró-mercado como a Nova Direita. E ainda atribui ao Estado um papel protagônico. O Estado existe não para substituir os mercados e os empresários, mas para regular mercados e proteger os direitos de propriedade, para manter a estabilidade macroeconômica, para capacitar as empresas a serem competitivas,

---

<sup>30</sup> Em Bresser-Pereira (1996) a “construção de confiança” é definida nesses termos, a partir da experiência (Salinas) mexicana. Recentemente, Krugman (1998), escrevendo sobre a crise financeira dos países emergentes de 1997-98, deu ao seu artigo o título de “Jogo de confiança”. É precisamente a mesma coisa a que tenho chamado de “construção de confiança” há alguns anos: é, para juntar as palavras. “o jogo da construção de confiança”.



promovendo a ciência e a tecnologia, e agindo pontualmente através da política industrial e comercial, para garantir um mínimo de renda e prover educação básica, saúde e cultura a todos, para proteger o meio ambiente e o patrimônio cultural do país. Contudo, esses papéis serão desempenhados de forma distinta num país desenvolvido e noutro em desenvolvimento.

Na América Latina, particularmente no Brasil, é possível ver distinções entre a Nova e a Velha Esquerda, e entre a Nova Esquerda e a Nova Direita. Ignorarei a Velha Direita, não porque tenha desaparecido, mas em favor da simplicidade. Em síntese, a Velha Esquerda no Brasil é corporativista e estatista, enquanto a Nova Esquerda é pró-mercado e comprometida com a reconstrução do Estado. Já a Nova Direita é radicalmente pró-mercado e está envolvida no jogo de construção de confiança.<sup>31</sup>

No Quadro 1 faço um resumo do que estou afirmando. O critério que utilizarei tem a forma de perguntas: quem controla os partidos políticos da Nova Esquerda? O papel que o Estado deve desempenhar é central ou não? O que significa reformar o aparato do Estado? Como reformar a segurança social? Que enfoque adotar com relação à globalização?

**Quadro 1: Velha e Nova Esquerda e Nova Direita nos Países em Desenvolvimento**

<b>Crítérios</b>	<b>Velha Esquerda</b>	<b>Nova Esquerda</b>	<b>Nova Direita</b>
<b>Controle do Partido</b>	Burocratas	Nova classe media e capitalistas	Capitalistas
<b>Papel do Estado</b>	Central	Complementar	Secundário
<b>Reforma do Aparato Estatal</b>	Permanece burocrático e grande	Muda para gerencial	Enxugamento
<b>Execução dos Serviços Sociais Básicos</b>	Diretamente pelo Estado	Por organizações públicas não-estatais	Por empresas de negócios privados
<b>Financiamento de Serviços Sociais Básicos</b>	Pelo Estado	Pelo Estado	Privado
<b>Seguridade Social (Básica e Complementar)</b>	Assegurada pelo Estado	Seguridade social básica assegurada pelo Estado	Assegurada pelo setor privado
<b>Política Macroeconômica</b>	Populista	Keynesiana	Neoclássica
<b>Globalização</b>	Ameaça	Desafio	Benefício

<sup>31</sup> Tenho criticado a “estratégia da construção de confiança” desde o início dos anos 90. Paul Krugman somou forças (1988), criticando o “jogo de confiança” em que os países asiáticos e latino-americanos se engajaram, em vez de adotar políticas econômicas sólidas sugeridas pela teoria econômica.

O critério e as diferenças estão no quadro. Não vou voltar a eles. Alguns já foram citados. Até certo ponto são auto-explicativos. Por outro lado, algumas das diferenças aludidas no quadro já foram discutidas. Enfatizarei de forma arbitrária algumas que considero ainda não discutidas ou merecedoras de explicações adicionais.

**Controle partidário.** É restrito às elites. A esquerda nunca foi capaz de mudar isso. Apenas recentemente há sinais nessa direção, à medida que a sociedade civil assume papel mais destacado. A esquerda apenas soma às elites existentes — elites capitalistas e burocráticas — dois tipos de elite burocrática: líderes sindicais no setor privado e no, serviço público, e o *apparatchik* nos partidos políticos. No Brasil, os velhos partidos de esquerda continuam controlando setores expressivos da burocracia estatal, a nova classe média profissional e os líderes sindicais. Os partidos da Nova Esquerda têm, em sua maioria, o controle da nova classe média profissional associada aos capitalistas progressistas — um conceito que é bastante elástico. Os partidos da Nova Direita respondem, essencialmente, à classe capitalista. Todos, obviamente, lutam para conquistar os trabalhadores e os pobres.

**Reforma do Estado.** A Velha Esquerda não está interessada em reformar o Estado. Gostaria de tê-lo grande e burocrático. A Nova Direita compreende a reforma como liberalização e privatização, ou como redução. Para a Nova Esquerda, reformar o Estado significa reconstruí-lo, aumentar sua capacidade, recuperar a poupança pública superando sua crise financeira e envolver-se em reforma gerencial. Significa, também, redefinir o papel do Estado, dando às organizações da sociedade civil um papel maior, seja na produção de serviços sociais ou científicos, seja exercendo controle social.

Reforma gerencial significa devolver autoridade às unidades descentralizadas, dirigidas por novos tipos de funcionários: burocratas com capacidade gerencial. Significa controlar unidades descentralizadas através de resultados acordados, e não através de procedimentos detalhados. Mas a Nova Esquerda não está apenas preocupada com a reforma das instituições, está também convencida de que a melhoria dos serviços públicos prestados diariamente é vital. Blair (1999a: 1), por exemplo, freqüentemente diz que a ênfase de sua administração é promover progresso real nos serviços públicos. E, embora não ignorando a importância da reforma da instituição, vê esse avanço passo a passo como o real conceito do que seja governar: “Eu aceito que isso possa ser difícil, mas é isso que significa estar no governo”.

A reforma gerencial só é viável em regimes democráticos quando a sociedade civil desempenha um duplo papel. Provê serviços sociais e científicos em bases competitivas e exerce controle social. Cabe ao Estado transferir ao setor público não estatal (ou setor não lucrativo) a execução de serviços sociais e científicos, como

escolas, hospitais, institutos de pesquisa, mas manter seu papel social-democrata de principal provedor de fundos para essas atividades. A assunção é de que, sendo competitivo, esses serviços serão mais eficientes do que os prestados pelas agências estatais e, sendo públicos (orientados aos fins públicos), mais confiáveis do que os das empresas privadas na prestação de serviços sobre os quais a informação é limitada e a confiança extremamente importante, dado o cerne dos valores humanos envolvidos. Educação básica, saúde e renda mínima deverão continuar sendo financiadas pelo Estado, enquanto mantenham sua característica de direitos universais da cidadania. Em outras palavras, se a reforma gerencial significa descentralização e transferência, significa também controle de resultados por funcionários e políticos no centro estratégico do Estado, e controle social por parte da sociedade civil.<sup>32</sup>

Em terceiro lugar, a reforma do Estado significa fortalecer as instituições democráticas. Os esforços não deveriam se limitar à democracia representativa, mas também incluir formas diretas de democracia, particularmente aquelas que envolvam controle social pelas ONGs e outras formas de capital social ativo. Nessa direção, comitês e associações formados com o objetivo de prover serviços sociais nas áreas da educação, saúde, proteção contra o crime, transporte público e alívio à pobreza são particularmente importantes.<sup>33</sup>

Quarto, a reforma do Estado significa criar instituições capazes de proteger o que tenho chamado de “direitos republicanos”, isto é, o direito que cada cidadão tem de que o patrimônio público, histórico-cultural, ambiental ou econômico seja usado para fins públicos. Por muito tempo temos defendido os direitos civis com relação a um Estado poderoso; mais recentemente, tornou-se particularmente urgente defender o Estado de cidadãos poderosos. Como as rendas do Estado tornaram-se elevadas com relação ao PNB de todos os países, a busca de rendas, a conquista do Estado para objetivos privados tornaram-se crescentemente perigosas e a necessidade de proteger os direitos republicanos, urgente.

**Seguridade social.** Nesse assunto, a distinção entre a Velha Esquerda, que quer manter as pensões garantidas pelo Estado, e a Nova Direita, que privilegia a total privatização, é simples. Mais complexa é a visão da Nova Esquerda, que apóia a garantia estatal para uma renda básica na velhice, enquanto o sistema complementar

---

<sup>32</sup> Sobre esse papel de controle social por parte da sociedade civil, veja os textos de Bresser-Pereira e Cunil Grau, eds. (1998).

<sup>33</sup> Sobre a reforma do Estado, segundo essas linhas, ver meu livro *Reforma do Estado para a Cidadania* (1998) e, em inglês, os textos de Bresser-Pereira e Spink, eds. (1999).

de pensão seria privado. A esquerda, Velha e Nova, quer um sistema de pensão básica financiado de acordo com um sistema em espécie, enquanto a direita, repetindo os conselhos sábios dos economistas, defende um sistema de capitalização completa, ao estilo chileno. Finalmente, a Velha Esquerda, dado seu corporativismo, defende um sistema especial (e privilegiado) para os servidores públicos, enquanto a Nova Esquerda e a Nova Direita pretendem torná-lo mais parecido com o sistema de pensões do setor privado. É significativo que os dois únicos países que adotaram totalmente a receita da direita são países em desenvolvimento: Chile e Bolívia. Os países desenvolvidos não a adotaram e provavelmente não o farão no futuro. Em primeiro lugar, sabem que, em última análise, o Estado deverá garantir um sistema básico de pensões. Em segundo, porque, quando o Estado assume, faz pouco sentido desenvolver sistemas de capitalização, já que o Estado não é um agente competente no gerenciamento dos ativos financeiros que suportam os fundos de pensões.

Essa “anomalia”, contudo, não é de modo algum restrita aos sistemas de seguridade social. Em alguns países do Sul, a privatização e a liberação do comércio foi muito mais longe do que no Norte. Já me referi ao jogo da construção de confiança. Ele é consistente com um velho ditado: os súditos são freqüentemente mais realistas do que o rei. De fato, é sempre importante distinguir ideólogos de governos. Embora ideólogos sejam parte de governos e parte de instituições multilaterais, quando agem como governo ou instituição internacional são muito mais pragmáticos.

**Política econômica.** A Velha Esquerda imagina ser keynesiana, mas na verdade é populista e intervencionista. Freqüentemente, no passado, envolveu-se no “ciclo populista”, que se inicia com a sobrevalorização da moeda, que leva a inflação mais baixa e salários mais altos e, eventualmente, termina com crise no balanço de pagamentos e desvalorização. A Nova Direita tem esperança de ser moderna, mas na verdade é laissez-faire e engajada no jogo da construção de confiança, que também conduz à crise no balanço de pagamentos. Supõe-se que a Nova Esquerda pense de forma independente, mas nem sempre ela é bem-sucedida. Ela é essencialmente keynesiana em política macroeconômica, mas pronta a usar instrumentos correntes de microeconomia para entender como a economia de mercado trabalha ou deveria trabalhar. Considera os mercados imperfeitos, que a assimetria da informação é difusa, que fatores externos negativos e positivos estão por toda parte, mas ainda acredita que o mercado é um mecanismo mais eficiente de alocação de recursos do que o Estado. Apenas em casos limitados o Estado deve intervir na alocação de

recursos. Mas acredita que o mercado é ruim na distribuição de renda. Assim, nessa área e nas de ciência e tecnologia, reserva um papel de destaque ao Estado. Não acredita, como o faz a esquerda, que impostos crescentes sejam sempre uma boa solução, mas recusam as deduções e estímulos fiscais que a direita dogmática propõe.

A Nova Direita propõe reduções fiscais, mas, quando no poder na América Latina, não reduz os impostos. No Norte, há muita discussão sobre redução de impostos, mas, com raras exceções, a esquerda também não é capaz de pôr em prática o que prega. Em última instância, os impostos são mantidos nos mesmos níveis. O que acontece quando a Nova Direita consegue fazer uma reforma fiscal é que os impostos se tornam cada vez menos progressivos e é dada maior ênfase aos impostos indiretos. Isso aconteceu nos países em desenvolvimento, mas logo chegou a um limite, e os impostos permaneceram progressivos, enquanto em alguns países em desenvolvimento, embora os impostos diretos sejam desanimadoramente baixos e os impostos sobre heranças inexistentes, as reformas fiscais pretendem com frequência seguir o modelo neoliberal. Novamente, os súditos são mais realistas do que o rei.

## **A NOVA ESQUERDA FAZ DIFERENÇA?**

Espero que as distinções estejam claras. Ainda assim, os intelectuais de esquerda permanecem desconfortáveis com o fato de que as idéias da Nova Esquerda estejam imediatamente conectadas com governos reais. Ora, os governos jamais se adaptarão ao modelo. Seguirão as tendências aqui apresentadas, mas apenas em termos gerais. Na verdade, acertarão e errarão, farão acordos, ou os próprios governos já serão o resultado das coalizões políticas, de forma que a realidade jamais reproduzirá o modelo.

Eu não estou aqui discutindo os próprios governos, mas idéias políticas. Há, contudo, uma pergunta que ainda não foi feita. Um governo da Nova Esquerda tem maior tendência de ser um bom governo? Ele faz diferença? Przeworski faz essa pergunta e é pessimista quanto à resposta. Maravall, por outro lado, depois de um grande estudo sobre regimes políticos na Europa, conclui que os governos social-democráticos fazem uma diferença. Ele diz: “A principal característica desses governos social-democratas foi a maneira pela qual, por motivos ideológicos e eleitorais, tentaram utilizar o Estado num papel não subsidiário para redistribuir

igualmente recursos materiais e oportunidades de vida.., quando confrontados com a crise econômica, esses governos se mostraram mais relutantes em renunciar a essas políticas do que a outros elementos de seus programas.<sup>34</sup>

Minha visão é a de que um bom governo depende do bom Estado, mas também depende das ideologias que orientam sua ação. Bom governo é o que toma as decisões certas no momento certo e o que é capaz de administrar o aparato do Estado de modo eficiente e efetivo, a fim de alcançar objetivos políticos socialmente acordados. É o governo competente que mantém a ordem, enaltece a liberdade, promove o crescimento econômico e promove a igualdade de oportunidade.

É bem sabido que um bom governo depende de um bom Estado, isto é, de boas instituições políticas, de um sistema legal e de cumprimento da lei que proteja os direitos de propriedade e os contratos, distribua bem os encargos fiscais e as despesas do Estado, estimule a inovação, resolva conflitos e facilite a cooperação. Assim, as instituições são essenciais, mas não são suficientes? O bom governo depende também da consistência de seus objetivos com os da sociedade, e de sua viabilidade. As idéias, mais especificamente as ideologias, podem promover ou comprometer o bom governo. Promoverão o bom governo caso as idéias sobre como as instituições do Estado devem ser e como o governo deve agir estejam na direção certa. Se o governo fizer bom uso das tendências positivas já existentes na sociedade e nos mercados. Se as idéias políticas são suficientemente atraentes para ganhar eleições e formar coalizões políticas estáveis. Se as idéias políticas não ameaçam e, sim, estimulam o trabalho e o investimento, a criatividade e a inovação.

As idéias políticas gerais que a Nova Esquerda apresenta têm essas qualidades? Acredito que sim. Embora as idéias da Nova Direita não sejam muito diferentes, uma vez que as restrições econômicas são muito fortes hoje, a diferença é suficiente para que a Nova Esquerda faça uma diferença. As idéias da Nova Esquerda são, hoje, mais realistas do que foram no passado, e mais generosas que as dos conservadores; elas atendem à demanda por mais justiça social sem ameaçar a ordem; recusam a ortodoxia econômica sem recorrer ao populismo econômico (grande número de eleitores).

A força inibidora econômica e o fato de que todos os partidos políticos lutam pelo controle do centro político levou Przeworski (1999), após definir o que é regime político, a concluir que a social-democracia não faz uma diferença.<sup>35</sup> Dado o mesmo regime político, a margem de manobra dos planejadores políticos social-democratas será estreita. De acordo com suas palavras, “se algumas políticas são melhores do que

---

<sup>34</sup> Ver Maravall (1997:127).

<sup>35</sup> Ver nota 2 sobre a definição de Przeworski sobre regime político.

outras, se diferentes partidos repartem a compreensão das restrições e se os eleitores aprendem da experiência, então na maior parte do tempo os partidos de diferentes cores seguirão políticas similares”. A lógica é perfeita, mas, primeiro, regimes políticos se modificam; segundo, há sempre algum espaço dentro de cada regime político.

Por outro lado, entendo que os pontos de vista da Nova Esquerda fazem uma diferença a longo prazo, através dos regimes políticos. Creio que agora as sociedades chegaram a um dado nível de desenvolvimento econômico e político, no qual as idéias da Nova Esquerda estão mais de acordo com os quatro objetivos políticos pelos quais luta a sociedade contemporânea: ordem, liberdade, igualdade e bem-estar social. Assim, a nova social-democracia é cada vez mais associada com bom governo.

Mas os governos da Nova Esquerda não necessariamente procurarão levar a sociedade nessas direções. Eles podem, como todo governo pode, não contar com a sorte, serem incompetentes ou dominados por grupos de interesse. Eles podem começar sendo bem-sucedidos e, à medida que o tempo passa, inchar e se distorcerem. Um governo conservador pode, em alguns casos, ser melhor do que um governo da Nova Esquerda. É por isso que a alternância no poder será sempre uma regra nos regimes democráticos. Os pontos de vista da Nova Esquerda não são garantia de bom governo, mas hoje tornam mais fácil aos governos serem bons. Assim, minha aposta não é de que os partidos políticos da Nova Esquerda estarão permanentemente no governo, mas que, no século XXI, reverterão o padrão do século XX, segundo o qual os partidos conservadores permaneceram no poder a maior parte do tempo. Foi assim porque, à exceção dos países escandinavos, os partidos conservadores estavam a maior parte do tempo mais bem equipados para gerenciar o capitalismo. Isso não é mais verdade. Os novos social-democratas estão não só mais compromissados com o povo e com a justiça, num momento da história do capitalismo no qual a igualdade de oportunidade é finalmente vista como sinal exigido de modernidade. Eles também são mais pragmáticos, mais realistas quanto aos papéis complementares que o Estado e o mercado devem desempenhar como defensores mais fiéis da democracia representativa e direta e, como tais, mais capazes de responder às demandas dos eleitores — tudo isso levando a uma previsão: neste século eles poderão vencer eleições com mais frequência do que os partidos políticos conservadores.

Notem que não usei o argumento de que um governo da Nova Esquerda tenderá a ser mais bem sucedido porque será mais capaz de exigir concessões da parte dos trabalhadores. Este é um argumento clássico, mas perigoso. Quando são necessários sacrifícios, os bons governos devem impô-los sobre um largo espectro de

atores políticos e não só de trabalhadores. Os partidos políticos conservadores devem ter uma visão elitista da política, a qual está se tornando cada vez menos realista, à medida que a democracia se consolida. Partidos políticos social-democratas não enfrentam esse mesmo tipo de contradição com a democracia, quando são capazes de se livrar do clássico compromisso com a burocracia estatal e de se tornar uma Nova Esquerda.

## CONCLUSÃO

Em síntese, os conceitos de esquerda e direita são relativos ao centro político, o qual se desloca em um momento para a esquerda e, em outro, para a direita. Dessa forma, não há sentido em analisar diferentes regimes políticos nacionais com os mesmos parâmetros. O modelo anglo-americano está tradicionalmente à direita do modelo Rhenish. Também faz pouco sentido fixar a esquerda e a direita na história. A Nova Esquerda e a Nova Direita surgiram nos últimos vinte anos, como consequência de grandes mudanças societárias. Também há uma Nova Esquerda surgindo em países em desenvolvimento, mas ela deve ser mais nacionalista e estar mais à esquerda do que nos países desenvolvidos.

Essas características da Nova Esquerda — orientada para o mercado, comprometida com a reconstrução da capacidade do Estado e com a redução das desigualdades sociais — são as que serão mais requisitadas no século XXI. É por isso possível prever que modernos partidos políticos social-democratas tenderão a estar no poder com mais assiduidade do que costumavam no século XX.

Estou muito bem inteirado que, ao esboçar as características da Nova Esquerda, freqüentemente deixei indeterminado se alguns traços estão atualmente presentes ou deveriam estar. É impossível escrever um texto como este fingindo neutralidade e objetividade. Como membro do partido social-democrata, estou comprometido com as propostas da Nova Esquerda. Idéias que nos países desenvolvidos são bem concebidas e consistentes com o novo projeto social-democrata, no qual a igualdade complexa desempenha um papel protagônico. Idéias que nos países em desenvolvimento ainda exigirão trabalho duro, imaginação e coragem para confrontar o difícil e o novo, uma vez que praticamente cada problema é difícil e novo nos tempos atuais.

## REFERÊNCIAS

Anderson, Perry. (1992) *Perguntas de Inglês*. Londres: Verso.



- Beck, Ulrich. (1998) *Democracia sem Inimigos*. Londres: Polity Press.
- Blair, Tony. (1998) “A Terceira Via: Nova Política para o novo Século”. Londres: Fabian Sociedade. Panfleto nº 588, setembro de 1998.
- Blair, Tony. (1999a) “Para a Frente” para “Está o Novo Trabalhismo funcionando?” Londres: Fabian Society. Panfleto nº 590, agosto de 1998.
- Blair, Tony. (1999b) “La Terza Via Può Vincere”. *La Repubblica*, 19 de novembro de 1999.
- Blair, Tony e Gerhard Schroeder. (1999) “Europa: A Terceira Via”. 11 de junho de 1999. Declaração conjunta.
- Bobbio, Norberto. (1984) *O Futuro da Democracia*. Mineapolis: Editora da Universidade de Minnesota, 1987. Primeira edição italiana, 1984.
- Bobbio, Norberto. (1993) “Bobbio defende compromisso entre liberalismo e socialismo”(1993). Entrevista de Norberto Bobbio a L.C. Bresser-Pereira, *Folha de S. Paulo Mais!*, 5 de Dezembro de 1993.
- Bobbio, Norberto. (1994) *Destra e Sinistra*. Roma: Donzelli Editore. Há uma tradução em inglês.
- Bresser-Pereira, Luíz Carlos. (1972) “A Emergência da Tecnoburocracia.” Em Bresser-Pereira (1972) *Tecnoburocracia e Contestação*. Rio de Janeiro: Editora Vozes. Este ensaio também está disponível em: *A Sociedade Estatal e a Tecnoburocracia*. São Paulo: Editora Brasiliense, 1981, e em Espanhol: “Ideologia y Tecnoburocracia”. Buenos Aires: Editorial Paidós, 1975.
- Bresser-Pereira, Luíz Carlos. (1996) *Crise Econômica e Reforma do Estado no Brasil*. Boulder, Co.: Lynne Rienner Editores.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (1997a) “Por um Partido Democrático, de Esquerda e Contemporâneo.” *Lua Nova- Revista de Cultura e Política*, n 39, 1997.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (1997b) “Cidadania e Res Publica. A Emergência dos Direitos Republicanos”. *Revista de Filosofia Política — Nova Série*, vol. 1, 1997 (Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Departamento de Filosofia).
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (1998) *Reforma do Estado para a Cidadania*. São Paulo: Editora 34.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (1999) “Incompetência e construção de confiança por trás dos 20 anos de quase estagnação da América Latina.” Mimeo. Texto apresentado no Centro de Estudos Brasileiros da Universidade de Oxford, novembro de 1999.

- Bresser-Pereira, Luiz Carlos. (2000) “A Nova Esquerda Social-Liberal em Berlim,” *Folha de S. Paulo*, 15 de junho, 2000.
- Bresser-Pereira, Luiz Carlos e Nuria Cunill Grau, eds. (1998) *Lo Público No-estatal en la Reforma dei Estado*. Buenos Aires: Editorial Paidós.
- Bresser-Pereira, Luíz Carlos e Peter Spink, eds. (1999) *Reforming the State*. Boulder, Co.: Lynne Rienner Editores.
- Brittan, Samuel. (1999) “Cuidado a Euforia Anglo-Americana”. *Financial Times*, 11 de Novembro de 1999.
- Cardoso, Fernando Henrique. (1996) “Globalização.” Conferência em Nova Deli, 1996. *O Estado de S.Paulo*, 28 de janeiro de 1996.
- Clinton, Bill. (1999) Discurso no Seminário de Washington sobre a Terceira Via, patrocinado pela Universidade de Nova York e pelo Instituto da Universidade Européia (Washington, abril de 1999).
- Coddington, Anne e Mark Perryman, eds. (1998) *O Dilema do Modernizador*. Londres: Lawrence & Wishart.
- D’Alema, Massimo. (1998) “A Globalização está Criando uma Esquerda Global.” *O Estado de S.Paulo*, 8 de novembro, 1998.
- Desportes, Gérard e Laurent Mauduit. (1997) *La Gauche Imaginaire*. Paris: Grasset, 1997.
- Freeden, Michael. (1996) *Ideologias e Teoria Política*. Oxford: Editora da Universidade de Oxford.
- Giddens, Anthony. (1998a) “Depois da Parálise da Esquerda.” *The New Statesman*, 1 de Maio de 1998.
- Gray, John. (1997) “A Desmontagem do Conservadorismo”. Em John Gray e David Wilets (1997) *O Conservadorismo está Morto?* Londres: Livros Profile.
- Hay, Colin. (1999) *A Economia Política do Novo Trabalhismo*. Manchester: Editora da Universidade de Manchester.
- Held, David. (1994) “Desigualdades do Poder, Problemas da Democracia”. Em David Miliband, ed. 1994.
- Hirschman, Albert O. (1991) *A Retórica da Reação*. Cambridge: Editora da Universidade de Harvard.
- Hobsbawn, Eric. (1998) “A Morte do Neoliberalismo”. *Marxismo Hoje*, Edição Especial, Novembro de 1998.
- Krugman, Paul. (1998) “O Jogo da Confiança”. *The New Republic*. Setembro 1998.

- Jospin, Daniel. (1999) “L’Inutile Terza Via di Tony Blair”. *La Repubblica*, 17 de Novembro de 1999.
- Levitas, Ruth. (1998) *A Sociedade Inclusiva*. Londres: Macmillan.
- Lloyd, John. (1998) “Escravo nunca Mais”. Comentário em Michael Novak (1998).
- Lloyd, John. (1999) “Desavindo-se: Intelectuais e o Novo Trabalhismo.” *Prospect*. Outubro, 1999.
- Maravall, José Maria. (1997) *Regimes, Políticos e Mercados*. Oxford: Editora da Universidade de Oxford.
- Meehan, Elisabeth. (1994) “Igualdade, Diferença e Democracia”. Em David Miliband, ed. (1994).
- Miliband, David, ed. (1994) *Reinventando a Esquerda*. Londres: Editora Polity.
- Miller, David. (1995) “Complexo de Igualdade”. Em David Miller e Michael Walzer, eds. (1995).
- Miller, David e Michael Walzer, eds. (1995) *Pluralismo, Justiça e Igualdade*. Oxford: Editora da Universidade de Oxford.
- Novak, Michael. (1998) *Existe uma Terceira Via?* Londres: Instituto de Assuntos Econômicos, Unidade de Saúde e Bem-Estar Social.
- Petrit, Philip. (1997) *Republicanism*. Oxford: Editora da Universidade de Oxford.
- Przeworski, Adam (1985) *Capitalismo e Democracia Social*. Cambridge: Editora da Universidade de Cambridge.
- Przeworski, Adam, (1999) “De Quantas Maneiras Pode Ser A Terceira.” Texto preparado por Andrew Glyn, ed. *Política Econômica e Democracia Social*. A ser publicado pelo editora da Universidade de Oxford. Versão, 3 de outubro de 1999.
- Rocard, Michel. (1994) “Solidariedade Social e Economia Mista.” Em David Miliband, ed. (1994).
- Rosselli, Carlo. (1930) *Socialismo Liberale*. Escrito em italiano, em 1930. Publicado pela primeira vez em francês, 1931. Existe tradução recente em inglês.
- Streeck, Wolfgang (1997) “Capitalismo Germânico: Ele Existe? Pode Sobreviver?” *New Political Economy*, 2(2) de julho de 1997.
- Touraine, Alain. (1999) *Comment Sortir du Libéralisme?* Paris: Fayard.
- Walzer, Michael. (1983) *Esferas da Justiça*. Nova York: Livros Basic.